

SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES SÓCIO ECONÔMICOS UTILIZADOS COMO MEDIDA DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 2000

Autores: CLEMÊNCIA CRISTINA CAMILLOZZI, KARINE RODRIGUES ARAUJO, PAULA MARGARITA ANDREA CARES BUSTAMANTE, JOSE MARIA CARDOSO, MARIA DE FATIMA ROCHA MAIA

Introdução

O desenvolvimento sócio econômico brasileiro das últimas décadas tem reduzido a pobreza extrema e ampliado a parcela da classe média no país, segundo os dados do governo entre 2003 e 2009, houve o incremento de mais de 30 milhões de pessoas na nova classe média (Santos, 2011). De acordo como IBGE (2015), entre 2002 e 2013, o salário mínimo nacional teve um aumento real de 70,49%, impactando diretamente no poder de compra e qualidade de vida de cerca de 11 milhões de aposentados que recebem um salário mínimo. Quanto ao emprego, entre 2003 e 2010, houve um crescimento de mais de 53% de novos postos formais de empregos.

À luz dessas considerações este artigo objetiva apresentar os principais conceitos relacionados ao desenvolvimento e verificar como isso tem se dado no Brasil a partir de 2000. Especificamente o trabalho objetiva identificar o comportamento dos indicadores socioeconômicos no Brasil a partir de 2000.

Apesar do termo 'desenvolvimento econômico' ter ganhado destaque somente em meados do século XX, desde o século XVIII na fisiocracia existia uma preocupação em tentar mensurar de forma coerente as relações econômicas em determinado período de tempo, cabe salientar que o 'pano de fundo' desse pensamento sempre esteve associado à ideia de progresso, produção industrial, padrão de consumo e ao estilo de vida dos países da Europa Ocidental.

Autores da chamada escola econômica clássica como Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823), John Stuart Mill (1806-1873) e Jean Batiste Say (1767-1832) debruçaram-se em temas como crescimento econômico e a repartição do produto social, no entanto, estes autores limitavam-se em afirmar que "(...) a liberdade de troca e transação é ela própria uma parte essencial das liberdades básicas que as pessoas têm razão para valorizar." (Smith *apud* Sen, 2010, p.20), ou seja, para os clássicos crescimento econômico estava relacionado somente à capacidade de acumulação de riqueza.

Durante o século XIX Europa vivenciou as benesses da revolução industrial e observava o 'progresso da humanidade', no entanto o incipiente sistema capitalista começou a passar por sucessivas crises, com ciclos cada vez mais curto e mais profundos, que culminaram com na Primeira Guerra Mundial que, segundo Ortega (2008, p.23), 'colocou uma pá de cal' na visão otimista de progresso retilíneo do capitalismo.

Nesse contexto, em 1930 ganha destaque a obra de Keynes (1883-1946) intitulada de *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, pois desenvolve a literatura sobre sistema de contas nacionais onde passa a ser possível medir em nível agregado a riqueza dos países, o que possibilitou a 'comparação' entre países com diferentes graus e estágios de desenvolvimento. Dessa forma a partir de 1940, o PIB (Produto Interno Bruto) e PNB (Produto Nacional Bruto) passaram a ser considerados as principais variáveis econômicas para mensurar o movimento de uma economia em determinado período de tempo e, desde então se inicia um debate na academia sobre o conceito de desenvolvimento econômico. Discute-se se a concepção adequada do conceito de desenvolvimento deve ir além da acumulação de riqueza e do crescimento do PNB e sobre

[1] Decreto nº 8.794, de 29 de junho de 2016 – valores monetário referentes ao ano de 2016.

No bojo dessa discussão, Amartya Sen (1999), em 1990 contribuiu para a formulação do conceito de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (SOUZA, 1999). Para Sen (2010) o IDH é um índice sintético que compreende indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: saúde/longevidade, educação e renda. Baseando-se na ideia de que a qualidade de vida é dada pela liberdade que o indivíduo tem, entende-se que as pessoas precisam pelo menos ter a possibilidade de levar uma vida longa e saudável, acesso a conhecimento e a oportunidade de desfrutar de um padrão de vida digno. Deixando claro que o desenvolvimento humano significa alargar as escolhas das pessoas atribuindo maior destaque à riqueza de vidas humanas como saúde e educação e não considerar apenas os aspectos econômicos como nível de renda e acumulação de capital. Enfim, ao longo do tempo o conceito de desenvolvimento se ‘metamorfoseou’, dessa forma os indicadores de desenvolvimento passaram a ser classificados em três categorias: econômicos, demográficos e socioculturais.

Conceituando os principais variáveis que medem a desigualdade social

Os indicadores sociais buscam quantificar a complexa realidade de uma localidade e, apesar de fornecerem bases para análises, por si só não são suficientes para descrever o nível de desenvolvimento de uma região, os indicadores encontrados devem ser analisados juntamente com arcabouço teórico adequado às especificidades locais. Haja vista que, os cientistas sociais deparam-se com aspectos que não podem ser quantificados ou de difícil mensuração, que acabam não sendo expressos no índice. No entanto, ainda assim, os indicadores possibilitam mensurar as condições de vida e do bem-estar da população sendo utilizados, em grande medida, para a formulação de políticas públicas nas diferentes esferas do governo.

Cabe ressaltar que os indicadores são estimativas amostrais que se referem à população ou a grupos sociodemográficos específicos e, são expressos como taxas, proporções, médias, índices, distribuição por classes ou por cifras absolutas (JANNUZZI, 2012). Os indicadores sociais mais utilizados para medir a desigualdade e a qualidade de vida de uma região são a Renda *per capita*, Índice de Gini, IDH e a linha da pobreza (Quadro 1).

Materiais e Métodos

A metodologia utilizada na pesquisa será a revisão bibliográfica com base nos textos de Souza (2012) e Paulani; Braga (2007) que apresentam as teorias de desenvolvimento econômico de diferentes correntes de pensamento, Jannuzzi (2012) trabalha o conceito de indicadores sociais e, Neri e Souza (2012); Oxfam (2017) analisam o comportamento dos principais índices sociais no Brasil ao longo da década 2000 e descrevem a importância e limitação dos indicadores sociais. Os dados referentes ao PIB - Produto Interno Bruto, IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, Gini, e Linha de Pobreza foram extraídos de sítios na internet tais como IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e PNUD - Programa das Nações Unidas em prol do Desenvolvimento que busca analisar o desenvolvimento em abrangência mundial, entre outros.

Resultados e discussão

Entre 2000 e 2014 a renda média do Brasil aumentou, haja vista que, o PIB *per capita* passou de R\$ 3.795,40 para cerca de R\$ 11.450,00, o que pode sugerir que o crescimento econômico foi maior que o aumento da população. Esse fato foi acompanhado de uma significativa redução de pessoas em situação de extrema pobreza, que passaram de 15,19% da população em 2001, para 4,2% em 2014 (Quadro 2).

[1]Decreto nº 8.794, de 29 de junho de 2016 – valores monetário referentes ao ano de 2016.



No entanto cabe salientar que:

(...) persistem desafios estruturais ligados à redistribuição de renda e riqueza no País, como o estabelecimento de uma política tributária justa, a melhoria da qualidade de serviços públicos, a reversão da concentração fundiária, além da inclusão educacional de adolescentes e jovens em idade universitária (sobretudo jovens negros) – para citar alguns (OXFAM, 2017, p.12).

No período analisado verifica-se uma melhora no IDH do país, ou seja, ocorreram melhorias não apenas quantitativas como aumento da renda *per capita* mas, também melhorias qualitativas expressas nesse índice como aumento do número de matrículas em todos os níveis de escolaridade bem como melhoria nas condições de vida da população que culminaram em uma maior longevidade.

À luz dessas considerações Oxfam (2017) destaca que o aumento da renda da população de baixa renda não tem sido suficiente para reduzir a enorme desigualdade que persiste na sociedade brasileira, visto que entre 2001 e 2015, os 10% mais ricos se apropriaram de 61% do crescimento econômico, enquanto a fatia dos 50% mais pobres foi de 18%. Neste mesmo período, a concentração de renda no 1% se manteve estável, no patamar de 22 a 25%, bem como a participação na renda dos 40% mais pobres da população.

Enfim, de acordo com o relatório do Oxfam (2017, p. 18) a melhoria dos indicadores sociais são reflexos de mudanças estruturais na sociedade brasileira como “(...) crescimento econômico, alterações demográficas e migrações, inclusão da mulher no mercado de trabalho, políticas federais de redistribuição de recursos para a oferta de infraestrutura básica e a transição de um regime ditatorial para a democracia”. Cabe salientar que essa conjuntura, apesar que mante o *status quo*, contribuiu para a retirada do Brasil do mapa da fome da ONU, em 2015.

Considerações finais

Observando o conceito de crescimento e desenvolvimento econômico, percebe-se o bom desempenho socioeconômico no país entre os anos de 2000 e 2014. Nesse período, o país não só conseguiu crescer economicamente, mas conseguiu reduzir a desigualdade de renda e permitiu que milhares de pessoas deixassem a pobreza extrema. Dessa forma, tendo em mente que desenvolvimento humano significa alargar as escolhas humanas atribuindo maior destaque à riqueza das vidas e não simplesmente à riqueza das economias, constatou-se assim que o crescimento econômico no período analisado, junto com a redução das desigualdades de renda, favoreceu a melhoria das condições de vida da população brasileira.

Por fim, conclui-se que o combate à desigualdade social além de reduzir a violência urbana e rural, também pode contribuir para o fortalecimento da democracia, haja vista que, a desigualdade favorece a interferência indevida de elites na definição de políticas que em grande medida procuram favorecer o grande capital industrial e financeiro em detrimento do bem-estar sociedade como um todo.

Agradecimentos

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros



Referências bibliográficas

BARROS, Alexandre Rands. **Desigualdades Regionais no Brasil: Natureza e causas**. Elsevier Editora; Rio de Janeiro, 2011.

ECONOMIAIX. Acesso em abril de 2016. Disponível em: <http://economiaix.blogspot.com.br/2009/10/crescimento-e-desenvolvimento-economico.html>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOPGRAFIA E ESTATÍSTICA. <https://www.ibge.gov.br/>. Vários acessos, 2017.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação**. 2ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Os economistas).

NERI, Marcelo Côrtes; SOUZA, Pedro Herculano Cavalcanti Ferreira de. (Baseado). **A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda**. Ipea, 2012.

OXFAN. **A distância que nos une: um relatório das desigualdades brasileiras**. 2017.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bibik. **A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia**. 3ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SOUSA, Jessé. **Os batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2. Ed. Ver e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUSA, Nilson Araújo. **Economia Brasileira Contemporânea: de Getúlio a Lula**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Indicadores	Conceito	Índices (variação)
Renda <i>per capita</i>	É o produto agregado de um país, dividido pela população. Indica o nível de renda da população.	País em desenvolvimento – US\$ 10 mil (renda média) País desenvolvido - US\$ 30mil (renda média)
Gini	Mede o grau de concentração de renda de uma determinada localidade	Varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 pior a concentração da renda.
IDH	Objetiva avaliar a qualidade de vida nos países.	Varia de 0 a 1. 0 – 0,5 – baixo desenvolvimento humano. 0,5 – 0,8 – médio desenvolvimento humano. 0,8 – 1 – alto desenvolvimento humano.
Linha da Pobreza	Indica o mínimo de renda que um habitante deve possuir para satisfazer suas necessidades básicas	US\$ 1,00 e US\$ 2,00 por dia, por pessoa.

Quadro 1: Síntese dos conceitos dos principais indicadores sociais utilizados como medida de desigualdade social.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IPEA, PNUD e Atlas Brasil (2017).

Indicadores	Índice 2000	Índice 2004	Índice 2014	Variação entre 2000-2014
PIB per capita (US\$)	3.795,40	3.716,30	11.446,10	201.6%



PIB per capita (R\$)	7.909,26	8.343,88	24.065,00	204.0%
Índice de Gini	0.596 *	0.572	0.518	-13.1%
IDH	0.683	0.792	0.755	10.5%
Linha da pobreza	15.19% *	13.22%	4.20%	-72.4%

Quadro 2: Comportamento dos principais indicadores socioeconômicos no Brasil entre de 2000 e 2014

*Dados do ano 2001.

**Valor expresso em dólares do ano 2000.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos do IPEA e PNUD.